

A POLÍTICA DE CONECTIVIDADE EM ALDEIAS INDÍGENAS EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL

THE POLICY OF CONNECTIVITY IN INDIGENOUS VILLAGES IN A FEDERAL PUBLIC UNIVERSITY

Fabio Gomes da Silva

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Rafael Ribeiro Guimarães

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Cléo Adriano da Silva

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

RESUMO. A conectividade em aldeias indígenas é um desafio, principalmente por conta da localização remota dessas comunidades, da falta de infraestrutura de telecomunicações e das barreiras linguísticas e culturais. No entanto, nos últimos anos, vários esforços foram realizados para melhorar a conectividade nessas áreas e reduzir a chamada lacuna digital entre os povos indígenas e a sociedade. Em relação ao Ensino Superior, o projeto Alunos Conectados, com fomento e gestão do Ministério da Educação (MEC) e conduzido pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RPN), concentra-se na instalação de infraestrutura básica, como torres de comunicação e antenas, para levar a conectividade para essas áreas. O uso de tecnologias como satélites e redes móveis também são explorados. Uma das principais vantagens da conectividade em aldeias indígenas é o acesso aos recursos educacionais. A internet é um caminho para materiais de aprendizagem, cursos online e recursos de pesquisa que podem melhorar a qualidade da educação nessas comunidades indígenas e a troca de conhecimentos e experiências entre elas. É fundamental que as políticas e iniciativas relacionadas à conectividade dos povos originários no Ensino Superior levem em consideração as necessidades específicas de cada aldeia, a fim de promover a Educação e fortalecer o desenvolvimento destas.

Palavras-chave: Conectividade. Aldeias indígenas. Ensino superior.

ABSTRACT. Connectivity in indigenous villages is a challenge, mainly due to the remote location of these communities, the lack of telecommunications infrastructure and linguistic and cultural barriers. However, in recent years, several efforts have been made to improve connectivity in these areas and reduce the so-called digital gap between indigenous peoples and society. In relation to Higher Education, the Connected Students project, supported and managed by the Ministry of Education (MEC) and conducted by the National Education and Research Network (RPN) focuses on the installation of basic infrastructure, such as communication towers and antennas, to bring connectivity to these areas. The use of technologies such as satellites and mobile networks are also explored. One of the main advantages of connectivity in indigenous villages is access to educational resources. The

Fabio Gomes da Silva, Rafael Ribeiro Guimarães e Cléo Adriano da Silva

internet is a pathway to learning materials, online courses and research resources that can improve the quality of education in these indigenous communities and the exchange of knowledge and experiences between them. It is essential that policies and initiatives related to the connectivity of original peoples in Higher Education take into account the specific needs of each village, in order to promote Education and strengthen their development.

Keywords: Connectivity. Indigenous villages. University education.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Vilela (2015), o escritor indígena Daniel Munduruku aborda que a palavra índio tem uma conotação ideológica muito forte, e faz com que as pessoas a relacionem aspectos ruins, como achar que índio é preguiçoso, selvagem, canibal ou atrasado. Por isso, pode-se verificar nos estudos atuais que são utilizados o emprego dos termos “sociedade” ou “povo” para designar uma coletividade indígena. Silva & Costa (2018).

Em consonância com o terceiro e quarto objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto nº 7.234/2010), art. 2º: “[...] III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, voltada à colaborar com a permanência dos jovens na educação superior pública federal, atuou de forma inclusiva ao adotar o Sistema de Reserva de Vagas conforme a Lei nº 12.711/2012. Desde 2017, as vagas reservadas exclusivamente para estudantes indígenas são disputadas entre eles mesmos, ampliando a inclusão de indígenas em cursos que antes eram disputados também por outras cotas.

Hoje há em torno de 480 estudantes indígenas matriculados em diversos cursos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. No entanto, grande parte deles ainda residem nas aldeias indígenas, distribuídas nas regiões conforme o Quadro 1 abaixo, próximas ao campus localizado na cidade de Aquidauana - MS.

Quadro 1 – Localização das Aldeias Indígenas

Nome da Aldeia	Localização	Latitude	Longitude
Aldeia Cruzeiro	Limão Verde-Cipolândia	20° 20' 13" S	55° 42' 27" O
Aldeia Limão-Verde	Limão Verde-Cipolândia	20° 19' 34" S	55° 41' 12" O
Aldeia Buritizinho	Limão Verde-Cipolândia	20° 19' 32" S	55° 41' 50" O
Distrito Taunay	Pertencente MS – 442	20° 17' 28" S	56° 04' 34" O
Aldeia Imbirussu	BR-262 - Distrito Taunay	20° 16' 48" S	56° 05' 45" O
Aldeia Lagoinha	BR-262 - Distrito Taunay	20° 16' 12" S	56° 04' 29" O
Aldeia Água Branca	BR-262 - Distrito Taunay	20° 16' 26" S	56° 02' 58" O

Aldeia Bananal	BR-262 - Distrito Taunay	20° 15' 15" S	56° 04' 02" O
Aldeia Vila Jaraguá	BR-262 - Distrito Taunay	20° 15' 30" S	56° 02' 57" O
Aldeia Ipegue	BR-262 - Distrito Taunay	20° 13' 21" S	56° 02' 44" O
Aldeia Colonia Nova	BR-262 - Distrito Taunay	20° 13' 21" S	56° 01' 23" O
Aldeia Esperança	BR-262 - Distrito Taunay	20° 13' 21" S	56° 01' 00" O

Fonte: Direção do gabinete do campus.

A partir dos decretos que reconheceram a pandemia da Covid-19 no Brasil, várias restrições de movimentação e acesso a espaços públicos foram implementadas pelo governo. Isso levou a uma rápida transformação no sistema educacional, especialmente no ensino superior, adotando-se modelos híbridos ou à distância. No entanto, essa mudança revelou sérios problemas relacionados à falta de conectividade para estudantes que viviam em áreas rurais ou em comunidades tradicionais onde não havia cobertura de telecomunicações.

Assim, vista a necessidade de os estudantes regularmente matriculados continuarem seus estudos dirigidos na modalidade não presencial e considerando que a grande maioria dos estudantes indígenas voltaram para as aldeias no período de isolamento social, ficou evidenciado que estes acadêmicos indígenas somente retornariam às atividades presenciais com a garantia de preservação da sua saúde e a UFMS, através da Portaria nº 494, de 9 de abril de 2020 e documentos anteriores, estabeleceu desde 17 de março de 2020 a manutenção de ensino remoto com o uso de ferramentas de Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs.

Outra solução em busca de minimizar os impactos educacionais advindos com a Covid-19, foi a criação do projeto "Aldeias Conectadas", na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O objetivo desse projeto era garantir que os estudantes das comunidades indígenas, especificamente da etnia Terena, localizadas na região central do estado de Mato Grosso do Sul, pudessem continuar seus estudos no ensino superior. Cerca de 480 indígenas

estavam matriculados em cursos de graduação e pós-graduação, principalmente no curso de "Licenciatura Intercultural Indígena".

Foram instaladas três torres de radiodifusão para a transmissão de internet via rádio e dois pontos de acesso wi-fi em cada uma das seguintes aldeias: Ipegue, Lagoinha, Água Branca, Bananal, Limão Verde, Colônia Nova e distrito de Taunay.

Diante do cenário apresentado e com a implantação do projeto, este artigo tem como objetivo complementar e enriquecer a bibliografia sobre o tema, bem como analisar a evolução das médias de aproveitamento dos acadêmicos contemplados e identificar se o acesso informacional por meio do projeto cumpriu com seu objetivo de influenciar positivamente as médias dos acadêmicos em seus cursos de graduação durante o período da pandemia de Covid-19.

2. DIREITO DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PELOS POVOS INDÍGENAS

As Universidades Federais brasileiras começaram a ser instituídas no país a partir de 1920, com a criação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Desde então, várias outras foram criadas, chegando ao número de 69 universidades federais atualmente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/1996) normatiza essas instituições, levando em conta os princípios da administração pública contidos na Constituição de 1988.

É responsabilidade das universidades prestar um serviço transparente e que atenda aos anseios da sociedade no que concerne à sua função como ente público. De acordo com Mizael et al. (2013) “[...] as universidades, como entidades da administração pública indireta, possuem a meta de atender ao interesse público, levando em conta a qualidade do ensino, pesquisa e extensão como serviços prestados à sociedade”.

O processo educacional dos povos indígenas no Brasil foi iniciado no século XVI, com missões jesuítas de caráter religioso, com a função de buscar civilizar os indígenas.

De acordo com Moura e Acçolini (2023, p. 262):

As missões religiosas tinham como meta principal servir às políticas assimilacionistas do órgão indigenista, mas, de fato, tornaram-se o carro-chefe dos empreendimentos educacionais. A partir de 1967, essa incumbência passou a ser da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), até a década de 1990, quando a exclusividade na condução dos processos de educação escolar indígena foi retirada desse órgão e atribuiu-se ao Ministério da Educação (MEC) a coordenação e execução de ações voltadas a essa área.

O direito à educação diferenciada para os povos indígenas foi estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil em 1988. A legislação reconhece a importância da educação escolar indígena, que inclui a formação de professores indígenas para atuarem em seus territórios, oferecendo uma educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) viabilizou essa educação diferenciada ao estabelecer as diretrizes e bases para a educação nacional.

Nos últimos 20 anos, as políticas públicas no Brasil alcançaram avanços significativos em termos de inclusão social dos povos indígenas. Uma das conquistas mais importantes nesse sentido foi a aprovação da Lei das Cotas. Após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, o projeto de Lei nº 180/2008, que estabelece uma política de ação afirmativa nas instituições federais de ensino, foi aprovado e sancionado pela Presidência da República, tornando-se a Lei nº 12.711/2012.

Essa lei estabelece a obrigatoriedade de reserva de vagas nas universidades e institutos federais, combinando critérios de frequência à escola pública, renda e cor/etnia. Isso significa que uma porcentagem das vagas é

destinada a estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, levando em consideração sua renda familiar e também promovendo a inclusão étnico-racial. Tal legislação representa um marco no Brasil ao reconhecer a importância da diversidade e da inclusão social no ensino superior, buscando a igualdade de oportunidades e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Os povos indígenas são um dos grupos sociais no Brasil que mais demandam políticas de ações afirmativas por parte do Estado, com o objetivo de combater a histórica exclusão e desigualdade social, econômica e política que enfrentam. Ao longo do processo de discussão pela aprovação da "Lei das Cotas" e de outras iniciativas similares que visam à democratização do acesso ao ensino superior, esses povos sempre ressaltaram a importância de reconhecer e valorizar sua identidade, cultura e conhecimentos tradicionais ao implementar políticas de inclusão no ensino superior.

2.1 O contexto emergencial da Covid-19

Em janeiro de 2020, houve o surgimento de uma nova e grave doença respiratória, declarada como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em 11 de março, a OMS classificou a disseminação comunitária da COVID-19 como uma pandemia que já havia afetado todos os continentes. Para controlar a propagação da doença e reduzir o número de mortes, três medidas básicas foram recomendadas: isolamento e tratamento dos casos identificados, realização de testes em larga escala e distanciamento social. O distanciamento social, adotado pela maioria dos países, levou ao fechamento de locais que reuniam grande número de pessoas, incluindo instituições escolares.

Conforme relatado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, a suspensão das aulas teve efeitos significativos nos sistemas de ensino e na vida dos alunos e suas famílias e impactou o desempenho educacional em diversos países. Conforme a UNESCO (2020), em 25 de maio de 2020, aproximadamente 1.186.161.728 estudantes foram afetados, o que representa 67,7% do total de matrículas, e 146 países haviam fechado suas escolas. No Brasil, o Parecer nº 5/2020 do Conselho Nacional de Educação - CNE, homologado pelo Ministério da Educação, determinou a suspensão das aulas presenciais em todo o território nacional.

Diversas políticas públicas emergenciais foram implementadas nas redes de ensino para atender as novas urgentes necessidades dos acadêmicos nos mais variados aspectos, principalmente no quesito de acesso à educação e informação, visto que o isolamento social praticamente rompeu com os meios de aprendizado convencionais entre o aluno e o professor. De acordo com Madeira et al. (2020) “[...] o estudo sobre a implementação de políticas públicas em contextos de emergência torna-se ainda mais relevante para se compreender o alcance destas iniciativas”.

2.2 A ampliação de acesso à internet nas aldeias

Com a pandemia, muitas aldeias passaram a impedir que os moradores deixassem o local para evitar o risco de contágio. Em consequência, como poucos alunos tinham acesso à internet e nem todos tinham acesso ao computador, os próprios estudantes juntamente com os professores indígenas do campus de Aquidauana solicitaram à administração central da UFMS a possibilidade do suporte de acesso à internet para que pudessem acompanhar as aulas oferecidas remotamente.

O primeiro passo se deu com a reunião online realizada no dia 15 de maio de 2020, entre acadêmicos indígenas de diversos cursos, docentes e técnicos-administrativos da UFMS vinculados a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, cuja uma de suas atribuições é participar de ações voltadas ao acolhimento e integração de estudantes negros, índios e de diversidade de gênero através de sua Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas.

Ficou estabelecido que o critério principal para selecionar quais aldeias receberiam a internet nesse primeiro momento do projeto Aldeias Conectadas foi que tivessem pelo menos 10 estudantes regularmente matriculados. Assim, a Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS realizou os estudos das possíveis alternativas e após a análise técnica concluiu-se que a melhor solução era fornecer o acesso à internet por meio de banda larga via rádio.

A fim de abranger o máximo de acadêmicos possíveis, após processo licitatório, foram instaladas três torres do projeto Aldeias Conectadas. Por conta do relevo de cada parte da região e em busca do funcionamento e alcance necessário, a torre instalada na aldeia Limão Verde possui 21 metros de altura, a na aldeia Bananal possui 30 metros de altura e a mais alta, com 40 metros de altura, foi instalada na aldeia Água Branca.

Em cada aldeia a comunidade acadêmica escolheu o local no qual dois pontos de acesso ao wi-fi foram instalados para serem utilizados por toda a comunidade indígena. A conexão disponibilizada desde 15 de março de 2021 é um link de 20 Mbps por segundo para cada aldeia e o principal aspecto, além da velocidade constante, é que o uso de dados é ilimitado em 24 horas.

2.3 Procedimentos Metodológicos

Quanto à classificação dos objetivos da pesquisa, esta pode ser classificada como sendo um estudo descritivo, em virtude do levantamento de dados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no âmbito da Diretoria de Inclusão e Integração Estudantil, requerendo interpretações e avaliação quanto às informações coletadas. De acordo com Gil (2008, p. 28):

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Em relação à abordagem da pesquisa, pode ser considerada como quantitativa, esta utiliza técnicas estatísticas para analisar os dados coletados, permitindo a identificação de padrões, tendências e correlações entre as variáveis estudadas. Essa abordagem é especialmente útil quando se deseja obter informações precisas e objetivas sobre fenômenos, possibilitando a generalização dos resultados para uma população maior.

A técnica de coleta de dados é caracterizada como documental, em razão do acesso a documentos institucionais da UFMS, como relatórios levantados pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI e os divulgados no sítio eletrônico da instituição, dentre outros documentos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis via plataforma de dados Qlik Sense.

2.4 Apresentação e Discussão dos Resultados

A política de dados abertos (Decreto nº 8.777/2016), visa em seu art. 1º, inciso III: “[...] franquear aos cidadãos o acesso, de forma aberta, aos dados produzidos ou acumulados pelo Poder Executivo federal, sobre os quais não recaia vedação expressa de acesso”. Nesse intento, o sítio eletrônico da UFMS

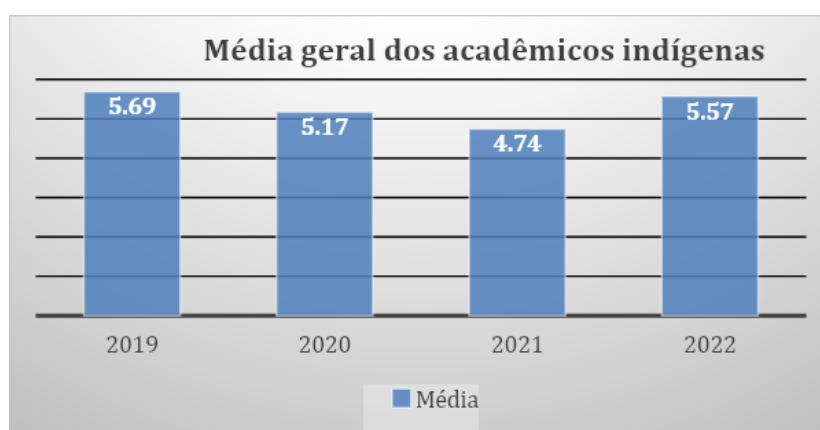
Fabio Gomes da Silva, Rafael Ribeiro Guimarães e Cléo Adriano da Silva

possui uma página denominada “Números UFMS” que traz dados primordiais sobre seus alunos de graduação, pós-graduação e servidores.

Desta página, foram coletadas grande parte das informações apresentadas neste artigo em relação ao número de acadêmicos indígenas por curso no campus da cidade de Aquidauana no período de 2019 a 2022. Já através do sistema Qlik Sense, foram disponibilizados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis os dados relativos às médias acadêmicas dos acadêmicos no período analisado.

Com estes dados, a fim de compreender o impacto da política pública do projeto Aldeias Conectadas em relação à influência nas médias dos estudantes, principalmente no período da Covid-19, conforme a média geral dos acadêmicos indígenas no período de 2019 a 2022, elaborou-se o Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Média Geral dos Acadêmicos Indígenas por Ano



Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa realizada.

Mostra-se claramente o impacto da pandemia de Covid-19 na educação de acordo com os dados do Gráfico 1. A média dos acadêmicos, incluídas tanto as notas das matérias aprovadas quanto das reprovações ou desistências, caiu

de 5,69 no ano de 2019 para 5,17 no ano de 2020, uma queda de cerca de 9,14%, num momento em que todo o processo educacional se encontrava em busca de se readequar a dura realidade imposta.

A inauguração do sinal de internet do projeto Aldeias Conectadas ocorreu em 15 de março de 2021. Como a implementação do projeto deu-se no início do primeiro semestre de 2021, deduziu-se uma melhora em relação às médias acadêmicas já no respectivo ano. Porém, infere-se que isto não ocorreu, visto uma queda de aproximadamente 8,32% da média em relação ao ano anterior.

Diversos problemas foram enfrentados durante a pandemia, principalmente a falta de conhecimento e habilidade no uso das ferramentas de tecnologia da informação. Outra grande barreira foi a falta de equipamentos tecnológicos com configurações aptas para que os acadêmicos pudessem estudar. Porém, nesse aspecto, a UFMS teve Editais de Empréstimo de Equipamentos Tecnológicos para os acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que minimizou tal situação.

Com a diminuição das restrições da pandemia no início do ano letivo de 2022, verificou-se o aumento em torno de 17,51% da média em relação ao ano anterior. Esse dado revelou a recuperação das notas e refletiu a importância da adaptação ocorrida na comunidade indígena acadêmica em relação ao modo da educação à distância proporcionado por conta do projeto Aldeias Conectadas.

Por fim, dentro do período estudado, uma comparação entre as médias dos acadêmicos do ano de 2019 e 2022 demonstraram que a média ainda não atingiu o mesmo patamar de quando o ensino era de forma integralmente presencial, havendo um decréscimo próximo de 2,11%.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu explorar a importância da política de conectividade em aldeias indígenas através do projeto Aldeias Conectadas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Foram demonstrados alguns dos desafios enfrentados durante e após a implementação dessa política. As dificuldades como a falta de infraestrutura de telecomunicações em áreas remotas, a topografia acidentada e as barreiras geográficas, foram obstáculos que precisaram ser superados, visto que estes limitavam o acesso a materiais didáticos, recursos pedagógicos e comunicação entre os acadêmicos e docentes. Além disso, é essencial garantir que a implementação da conectividade respeite as particularidades culturais e as necessidades específicas dos povos originários

Assim, depreendeu-se da pesquisa que o projeto Aldeias Conectadas teve papel essencial para o ensino remoto de emergência estabelecido pela UFMS no período pandêmico, vistos não somente os números apresentados, que demonstraram a recuperação e avanço das médias dos acadêmicos no período estudado, mas o papel transformador na educação das comunidades indígenas contempladas.

Por fim, faz-se necessário destacar a importância da realização de outros estudos sobre essa temática, com o objetivo de se acompanhar os possíveis avanços e retrocessos vivenciados no tocante às políticas de acesso e educação das comunidades indígenas.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 01, n. 137, 2010.

Fabio Gomes da Silva, Rafael Ribeiro Guimarães e Cléo Adriano da Silva

BRASIL. **Decreto nº 8.777**, 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 01, n. 90, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 12.711**, 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 01, n. 169, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MADEIRA, Ligia; PAPI, Luciana; GELISKI, Leonardo, ROSA, Taciana. **Os estudos de políticas públicas em tempos de pandemia**. Blog DADOS, Rio de Janeiro, 17 de abril de 2020. Disponível em: <https://link.ufms.br/mAYMC>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MIZAEL, Glener. *et al.* Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional das universidades federais do Consórcio Sul-Sudeste de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, n. 47(5), 1145-1164, set/out. 2013. Disponível em: <https://link.ufms.br/B9sf1>. Acesso em 20 jul. 2023.

MOURA, Noêmia; Acçolini, Grazielle **Os Terena em Mato Grosso do Sul**. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÉS, Isabelle. (Orgs). Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. Dourados: Editora UFGD, 249-266, 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/KoQyk>. Acesso em: 24 jul. 2023.

SILVA, Giovani José da; COSTA, Anna Maria Ribeiro F.M. da. **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

VILELA, Luiza Inez. **Você sabia que existe diferença entre a palavra índio e indígena?** Rádio Nacional de Brasília, Brasília, 15 de abril de 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/CGkuX>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Sobre os autores

Fabio Gomes da Silva

Possui graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande (2011). Possui pós-graduação lato sensu em Direito Público pela Faculdade Legale (2021). Atuou como Secretário e Gestor Financeiro do Programa de Assistência à Saúde da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PAS/UFMS) no período de 2017 a 2021. Discente ingressante em 2021 do Mestrado Nacional em Administração Pública (PROFIAP/UFMS).

Fabio Gomes da Silva, Rafael Ribeiro Guimarães e Cléo Adriano da Silva

Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública e Gestão Financeira Pública. Tem experiência na Gestão de Programa de Assistência à Saúde Suplementar prestada diretamente pelo órgão ou entidade da Administração Federal. No presente, atua junto à Secretaria de Formação Integrada da Diretoria de Inclusão e Integração Estudantil da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFMS.

E-mail: fabio.g.silva@ufms.br

Rafael Ribeiro Guimarães

Possui graduação em Administração pela Anhanguera Educacional (2017) e pós-graduação lato sensu em Processos Gerenciais pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL (2018). Atua como Secretário de Formação Integrada da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul desde 2021 até o presente. Professor Tutor do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais (AGEAD/UFMS).

E-mail: ribeiro.guimarães@ufms.br

Cléo Adriano da Silva

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; é pós-graduado em Gestão Empreendedora de Negócios pela Universidade da Grande Dourados - UNIGRAN e possui mestrado em Produção e Gestão Agroindustrial pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - ANHANGUERA/UNIDERP. Foi professor da Faculdade de Chapadão do Sul - FACHASUL, da Faculdade de Tecnologia do SENAI - FATEC/MS. Atuou como professor nos cursos de Gestão Pública Municipal, Gestão Pública, Gestão em Saúde e Administração Pública modalidade Ead da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Foi tutor do curso de Gestão Pública modalidade Ead da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atualmente é tutor do curso de Gestão de Mídias Sociais Digitais Ead da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Administrador da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, tendo ingressado no serviço público em 2006.

E-mail: cleo.silva@ufms.br

Licença de acesso livre



A **ESUD | CIESUD** utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.